



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Os saldos das reservas financeira e cambial já ultrapassaram a casa dos trezentos mil milhões de patacas, mas a verdade é que, nestes últimos anos, não têm parado as críticas da sociedade sobre a capacidade de gestão da Autoridade Monetária e Cambial de Macau, nomeadamente, quanto à rentabilidade das aplicações. Há dias, o Secretário para a Economia e Finanças, Francis Tam, referiu na Assembleia Legislativa que não havia motivo para preocupações com o facto de a taxa de retorno, em termos de longo prazo, se situar abaixo da taxa de inflação, na medida em que nestes últimos catorze anos a taxa de inflação rondou em média os 2%, enquanto que a taxa de retorno das aplicações dos fundos públicos se situou em média nos 3,1%. No entanto, as suas afirmações não ajudam a acabar com as dúvidas da sociedade.

Objectivamente, a reserva cambial, a reserva básica e a reserva extraordinária podem ter objectivos de retorno e estratégias de aplicação diferentes, segundo a natureza e os riscos que cada uma delas pode comportar. De acordo com as informações sobre as estratégias de gestão das reservas em Hong Kong, a performance relativamente ao retorno das aplicações das reservas não deve, nem pode ser avaliada, exclusivamente, através da sua efectiva rentabilidade, mas sim através da sua comparação com a “rentabilidade mínima”, ou seja, através da comparação entre a rentabilidade efectiva e a rentabilidade mínima prevista.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Perante as críticas da sociedade, o Governo afirma que é necessário assegurar a estabilidade e a disponibilidade das reservas, mas não publicita, anualmente, para conhecimento do público, os objectivos de rentabilidade mínimos das aplicações de tão avultadas reservas, de forma a permitir que a sociedade avalie, objectivamente, o nível e a capacidade de gestão das reservas por parte da Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo exigiu à Autoridade Monetária e Cambial de Macau a fixação de objectivos de rentabilidade mínimos para cada tipo de reserva, para servir de critério a ter em consideração na avaliação do desempenho da gestão de fundos? O Governo vai publicar as informações relativas à rentabilidade mínima e ao retorno efectivo, para que o público possa exercer a sua fiscalização sobre a gestão das reservas? Em que critérios se baseia a avaliação da performance da Autoridade Monetária e Cambial de Macau, relativamente à gestão das reservas?
2. Em finais do ano passado, as autoridades afirmaram que, a exemplo do que já se faz noutras regiões, iam procurar um gestor de fundos quando o valor da reserva extraordinária atingisse um determinado nível, por forma a aumentar, paulatinamente e com base em aplicações conservadoras, a alocação de mais activos, por exemplo, em mercados bolsistas adequados. Então, prevê-se que as



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

autoridades adoptem formas de aplicação mais agressivas, comparativamente ao passado, de forma a elevar a taxa de retorno. Qual é o ponto da situação disto? Quando contratarem o gestor de fundos, vão definir objectivos de rentabilização mínimos como critério para a fixação dos encargos de gestão? Vão divulgar, anualmente, informações sobre os objectivos de rentabilidade mínimos e os encargos de gestão, de forma a permitir a fiscalização do público sobre o desempenho ao nível da gestão das reservas?

3. Relativamente à aplicação das reservas financeiras, as autoridades afirmaram, há tempos, que para além da eficácia económica, o público pode também apresentar as suas opiniões relativamente à eficácia social. O Governo pensou sobre isto? Recebeu algumas opiniões e sugestões? E que vias vão ser utilizadas para a recolha de opiniões e sugestões? Para uma melhor capitalização dos activos e melhor controlo dos terrenos a aproveitar, o Governo, tendo por referência o modelo de construção da habitação pública, vai promover, através das aplicações dos activos do Fundo de Segurança Social ou das Reservas Financeiras da RAEM, projectos de construção de habitação nos terrenos dos cinco novos aterros?

28 de Novembro de 2013.

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Kwan Tsui Hang